

Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SP tem 4 em cada 10 contribuintes de alta renda que devem ter IR maior 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Economistas esperam ajuste gradual na revisão do Orçamento 4

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Municípios somam déficit de R\$ 32,6 bilhões em 2024 7

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Falhas na fiscalização do Farmácia Popular são mais um flanco para o governo federal 9

O GLOBO ONLINE - RJ - BLOGS
SEGURIDADE SOCIAL

Fraudes no INSS: investigação da CGU avança e ajuda narrativa Planalto sobre culpa da era Bolsonaro 11

PORTAL R7 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: mais de 1,5 milhão de pessoas não reconheceram descontos e pediram reembolso 12

O LIBERAL - BELÉM - PA - INTERNACIONAL
ANFIP

BURACO - APOSENTADOS 13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Split payment pode afetar fluxo de caixa, diz estudo 15

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

STJ prevê que IBS e CBS têm potencial para triplicar o atual contencioso tributário 16

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Maranhão Livre da Fome: um marco no desenvolvimento social e econômico 18

O GLOBO ONLINE - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tabaco, álcool e ultraprocessados têm impacto na saúde e no meio ambiente 21

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Risco fiscal nos EUA acende sinal de alerta nos mercados 22

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

STF julga reduções de alíquotas do Reintegra 24

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Quase metade dos brasileiros está inadimplente 26

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Crédito em alta e programas do Planalto desafiam o BC (Editorial) 27

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

O impacto indireto do tarifaço de Trump (Artigo) 29

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
ECONOMIA

Com gripe aviária, Brasil pode deixar de exportar US\$ 1 bilhão em carne de frango
..... 31

SP tem 4 em cada 10 contribuintes de alta renda que devem ter IR maior

MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA

A tributação adicional proposta pelo governo Lula para taxar a alta renda vai alcançar contribuintes que estão em sua maioria em São Paulo: quatro em cada dez deles estão no Estado. A Região Sudeste e o Sul do País abrigam 80% dos contribuintes que são alvo da taxa mínima prevista na reforma de Imposto de Renda.

O levantamento regional foi feito pelos auditores do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da **Receita Federal** (Sindifisco) a pedido do Estadão, com base no detalhamento estatístico dos dados oficiais.

Embora boa parte da riqueza do País hoje esteja sendo gerada pelo agronegócio, a região Centro-Oeste concentra pouco menos de 9% dos mais ricos que deverão ser taxados.

Nos nove Estados do Nordeste somados vivem 9,18% dos contribuintes que devem ser alvo da tributação e, na Região Norte, cerca de 2,5% deles, principalmente no Pará.

A tributação sobre a alta renda foi apresentada pelo governo para compensar a isenção de IR para quem ganha até R\$ 5 mil por mês e a redução parcial para quem ganha até R\$ 7 mil. A proposta foi entregue pelo Ministério da Fazenda em março e a tramitação começou formalmente na semana passada, com a designação do deputado e expresidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL) como relator.

O governo deseja aprovar a reforma do IR ainda neste ano para que o benefício comece a valer em 2026, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá tentar se reeleger. A isenção foi uma promessa feita na campanha eleitoral de 2022 e pode atender até 10 milhões de pessoas.

Para ser enquadrado na alta renda e ser tributado, o contribuinte deve ter um rendimento mensal acima de R\$ 50 mil por mês e recolher menos IR do que o programado para a sua faixa de renda - o chamado "imposto mínimo".

ISENÇÕES. A alíquota da tributação mínima de IR é crescente e chega a 10% para quem recebe a partir de R\$ 100 mil por mês. Atualmente, o pagamento efetivo

de IR desses contribuintes pode ficar bem abaixo disso, se a renda for composta por rendimentos isentos, como alguns tipos de aplicações financeiras e dividendos.

Na média, os contribuintes que são alvo da medida recolhem 2,5% de IR, segundo o Ministério da Fazenda. No 0,1% dos contribuintes que mais recebem rendas isentas (como dividendos), segundo o estudo do Sindifisco, a alíquota efetiva de IR não passa de 3,35%.

Só como comparação, a alíquota de IR que incide sobre a fatia dos salários dos trabalhadores que supera R\$ 4.664,68 é de 27,5%.

Na visão da Fazenda, a medida tem como objetivo aproximar a tributação incidente sobre a renda do trabalho e a que recai sobre a renda proveniente do capital. |

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Economistas esperam ajuste gradual na revisão do Orçamento

Anais Fernandes De São Paulo

Economistas de grandes bancos nacionais e estrangeiros ouvidos pelo Valor esperam um ajuste gradual do Orçamento no primeiro Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, que o governo divulgará quinta-feira, 22, e ainda nenhuma sinalização oficial de eventuais fontes para o ressarcimento de pensionistas lesados pelos descontos indevidos no **INSS**.

"É uma data importante porque vai ser a primeira vez que vamos ter uma revisão um pouco maior dos números, tendo em vista que se aprovou o Orçamento e as modificações foram poucas", diz Ítalo Franca, economista do Santander.

Ele afirma que as decisões tomadas agora podem mostrar se as contas do segundo semestre ficarão mais ou menos pressionadas. "Quanto mais ajustes forem feitos e quanto mais prudência, no sentido de que tenha um contingenciamento, um bloqueio em valores que tragam uma percepção de que, no segundo semestre, podemos ter menos desafios, melhor."

Sem considerar receitas vistas como extraordinárias, empoçamento (recursos orçados, mas não executados) e mirando o limite inferior da meta de resultado primário - cujo centro é zero, com tolerância para mais ou menos 0,25% do **PIB**-, o Itaú Unibanco estima que o governo deveria promover contingenciamento/bloqueio de R\$ 40 bilhões.

"Mas não parece ser o caso, porque esse governo tem adotado uma estratégia gradual. Não vejo mudança na função de reação da política fiscal. Quando uma receita extraordinária frustra, eles colocam outra no lugar. Tem alguma contenção de despesas, mas não é um 'game changer' para o diagnóstico da situação", diz o economista do banco Pedro Schneider.

Os economistas ouvidos pelo Valor dizem esperar contingência -mento/bloqueio ao redor de R\$ 10 bilhões. "Seria algo entre R\$ 10 bilhões e R\$ 15 bilhões para a gente não ter um problema de despesa discricionária [não obrigatória] em nível menor no segundo semestre: R\$ 10 bilhões seriam 'ok'; R\$ 15 bilhões conseguiriam construir um pouco mais de gordura; de R\$ 15 bilhões para mais seria uma

sinalização positiva de que o governo ganha espaço para manejo, principalmente em um cenário de mais incerteza na segunda metade do ano", diz Franca.

Roberto Secemski, economista-chefe para Brasil do Barclays, pondera que "há muita discricionariedade na decisão do governo de quais peças do xadrez ele vai mexer". "E não fazer a essa altura também não quer dizer que ele não vai fazer em julho ou setembro. Provavelmente, vai. Minha melhor estimativa é que ele comece com uma contenção de R\$ 10 bilhões, ainda que não seja o suficiente para endereçar por completo as necessidades futuras até o fim do ano. Mas haverá outros 'checkpoints'", diz.

Ele afirma esperar "uma atitude um pouco mais proativa" do governo do que no ano passado, quando o primeiro anúncio de congelamento ocorreu em julho. Em 2024, aquela foi a terceira revisão bimestral; neste ano, como a aprovação do Orçamento atrasou, a primeira revisão será agora, em maio. A atitude mais "proativa" em 2025 pode vir "em virtude do entendimento de que é importante que haja a comunicação ao mercado de que os esforços estão sendo empreendidos", diz. "Eles entregaram a meta no ano passado, mas a percepção do mercado foi de reatividade no processo e a credibilidade não foi fortalecida."

Os economistas destacam ainda que o Orçamento de 2025 foi encaminhado considerando a **inflação** acumulada em 12 meses até junho de 2024, mas o governo pode, de acordo com o atual arcabouço fiscal, ajustar esse parâmetro na revisão bimestral para considerar a **inflação** acumulada até dezembro. Isso "liberaria" cerca de R\$ 12 bilhões em gasto, dizem os analistas.

"Mas é uma coisa temporária, porque, para o ano seguinte, tem de reajustar em cima do valor considerando a **inflação** que era até junho. Ou seja, vou usar esse espaço agora para despesa obrigatória, mas vai comer meu espaço para gasto discricionário de 2026. E não adianta contingenciar R\$ 10 bilhões, mas subir R\$ 12 bilhões por causa da diferença do limite de despesa. As pessoas vão olhar a soma disso tudo", afirma Schneider.

Do lado da receita, economistas dizem que o cenário deveria ser revisto de forma importante devido às

expectativas para o **PIB**, mas, principalmente, pelo comportamento de preços de commodities, sobretudo o petróleo. "Nesse curto prazo, porém, preocupa menos porque a performance da receita está muito boa, puxada ainda pela atividade e por uma **inflação** um pouco mais alta. Está girando próximo de 3% acima da **inflação** e cobriu parte das receitas extraordinárias do ano passado, por volta de R\$ 16 bilhões", diz Franca.

Nas despesas, com dados preliminares para abril, Franca estima que a execução orçamentária dos quatro primeiros meses do ano está caindo por volta de 2%, em termos reais. Nesse período, porém, alguns gastos ainda não foram feitos, como o pagamento de precatórios, e o governo precisou restringir a execução até a sanção do Orçamento, em abril.

Secemski estima, também com dados preliminares, que o resultado primário do governo central praticamente dobrou entre os quatro primeiros meses deste ano (R\$ 72 bilhões) e o mesmo período do ano passado (R\$ 32 bilhões). Mas há ponderações. "Houve, realmente, uma melhora no começo de ano, mas ela não chega a ser surpreendente, porque parte foi ancorada na aprovação tardia do Orçamento, que postergou a execução de discricionárias, inclusive emendas, e a implementação do aumento da folha de salários, o que vai ser corrigido já neste mês. Essa margem vai ser comida relativamente breve", afirma. Ao mesmo tempo, diz, as linhas de despesas que têm surpreendido para cima - gastos obrigatórios como pagamentos de aposentadorias e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) - tendem a continuar nessa trajetória. "A melhora das receitas não tende a perdurar e as despesas não vão continuar subexecutadas."

Nas contas do BTG Pactual, estão subestimadas as despesas com BPC (em cerca de R\$ 9 bilhões), Previdência (R\$ 6 bilhões) e seguro-clesem-prego (R\$ 1 bilhão). Fábio Serrano, economista do banco, pondera que há uma agenda de correção em curso, a do pente-fino em benefícios, que, segundo ele, está avançando. "Conseguimos ver alguns resultados. Não estamos na estaca zero da agenda, mas também não está 100% completo, é um trabalho em desenvolvimento. Mas, se a essa altura do campeonato, o pente-fino não estivesse produzindo nenhum resultado, acho que o senso de urgência poderia ser outro", afirma.

Os gastos com pessoal estão superestimados em cerca de R\$ 10 bilhões, estima Serrano. "Parte desse desvio é porque o reajuste de servidores ainda não foi implementado. Mas tem uma história de superestimação também." Somando todas as projeções, seriam

cerca de R\$ 5 bilhões de subestimação que precisariam ser ajustados com um bloqueio, diz. "Eu acho que eles vão fazer um bloqueio pequeno. A minha dúvida é o que eles vão fazer em relação aos gastos com pessoal, porque, no ano passado, também identificamos essa superestimação e só foram ajustar isso em novembro. Dependendo de como o governo mexer no gasto com pessoal, a necessidade de bloqueio pode ser maior", afirma.

Serrano acha que há espaço para um ajuste na expectativa de receitas, no sentido de tomá-las mais "realistas". "O primário oficial é de um superávit de R\$ 15 bilhões. A parte inferior da meta permite déficit de até R\$ 31 bilhões. Eu acho que eles vão aproveitar essa gordura para trazer um pouco mais de realismo para algumas projeções de receita", afirma, citando como principal exemplo a expectativa de arrecadar R\$ 29 bilhões com o Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**).

Segundo Serrano, nos quatro primeiros meses do ano, a receita total veio R\$ 16 bilhões abaixo do que o governo esperava, sendo que a linha de "outras receitas administradas pela **Receita Federal**", que inclui fontes tidas como incertas a exemplo do **Carf**, veio R\$ 21 bilhões abaixo.

Apesar de o governo "ganhar tempo" com a boa perspectiva para as receitas no primeiro semestre, a segunda metade do ano deve gerar desafios maiores de contingenciamento, diz Franca, do Santander. "A gente já tinha uma perspectiva mais cautelosa, porque o **PIB** pode desacelerar, tem dependência de receitas extraordinárias e, no curtíssimo prazo, essa visão ganhou força, dado o cenário global, com menor preço de commodities e petróleo-o que ajuda na **inflação** e nos juros, mas é desafiador para arrecadação", afirma.

O preço internacional do barril do petróleo, que representa uma importante fonte de receita para o governo com a distribuição de royalties, estava perto de US\$ 80 no Orçamento, mas, agora, deve ficar entre US\$ 60 e US\$ 65, diz, já considerando isso em suas estimativas. "São US\$ 15 bilhões para serem revistos."

Serrano, do BTG, estima que 10% a menos de preço do petróleo em 12 meses gera R\$ 12 bilhões a menos de receita para o governo central - quando se inclui Estados e municípios, esse valor é até maior. "Mas eu acho que, para este ano, algumas linhas de receitas extraordinárias podem compensar um pouco", diz, citando o pagamento de dividendos do BNDES. Além disso, a estimativa do governo para o câmbio é de R\$ 5,47 por dólar, mas a taxa tem rodado, nas últimas semanas, entre R\$ 5,60 e R\$ 5,70. "Acho que essas coisas tendem a se compensar", afirma.

Alguns assuntos devem ficar de fora dessa revisão bimestral, como a inclusão do programa Pé-de-Meia no Orçamento e o ressarcimento de beneficiários do **INSS**, diz Serrano.

Schneider, do Itaú, obseiva que, se o governo optar por abrir crédito extraordinário para pagar os pensionistas e não houver nenhuma determinação legal em sentido contrário, como no caso dos precatórios até 2027, esse gasto não entra no cálculo do limite de despesas mas afeta negativamente o resultado primário.

A boa notícia, diz Secemski, é que algumas das medidas aprovadas pelo Congresso no fim de 2024 - como mudanças na Desvinculação de Receitas da União, no Fundeb, e nas emendas para cumprir o gasto mínimo da saúde - concederam algum nível adicional de flexibilidade para acomodar o aumento da pressão nos gastos, respeitando o limite imposto pela regra fiscal. "Isso deve manter o nível de ansiedade do mercado sob controle se tal colchão for usado de maneira apropriada e oportuna. A má notícia é que o arranjo atual não será suficiente para sustentara estrutura fiscal após 2026", afirma.

"Cenário global ajuda **inflação** e câmbio, mas desafia arrecadação" Ítalo Franca

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188200?page=22§ion=1>

Municípios somam déficit de R\$ 32,6 bilhões em 2024

Marta Watanabe e Jéssica Sant'Ana De São Paulo e Brasília

O conjunto dos municípios brasileiros teve déficit fiscal de R\$ 32,6 bilhões em 2024. Ficaram no vermelho 54% das prefeituras. A deterioração se aprofundou em relação a 2023, quando o déficit foi de R\$ 15,3 bilhões. Isso significa que nos últimos dois anos as despesas primárias superaram as receitas em quase R\$ 50 bilhões. De 2023 para 2024 a receita primária total dos municípios cresceu 9,9% enquanto a despesa avançou em ritmo maior, em 11,34%. Entre os gastos primários mais relevantes, a maior taxa de crescimento ficou com investimentos. Em ano eleitoral, essa despesa subiu 25% em termos reais, acima da **inflação**, e atingiu R\$ 135,2 bilhões. Outros gastos primários importantes também aumentaram em termos reais, mas a taxas menores: despesas de pessoal avançaram 5%, e outras despesas correntes, 14%.

O levantamento é da Confederação Nacional de Municípios (CNM), antecipado ao Valor, com dados de 4,8 mil prefeituras, dentre total de 5,57 mil cidades brasileiras. Os números foram retirados dos relatórios resumidos de execução orçamentária e corrigidos pelo IPCA até março.

Representantes de Fazendas municipais ouvidos pelo Valor destacam que o resultado primário é uma "foto", refletindo período em que poupança e receitas de operações de crédito foram executadas, principalmente para investimentos. É necessário, dizem, considerar outros indicadores que refletem a evolução de receitas e despesas ao longo do tempo. Além disso, apontam, o quadro entre os municípios é heterogêneo.

Para especialistas, o dado mostra a influência do ciclo eleitoral, com as prefeituras intensificando despesas na segunda metade do mandato, após período que propiciou elevação de arrecadação, acúmulo de superávits e contenção de despesas. O aumento de gastos das prefeituras, apontam, foi favorecido também por aumento das transferências da União e de recursos de emendas parlamentares.

Paulo Ziulkoski, presidente da CNM, afirma que, durante a pandemia, os municípios acumularam caixa porque a despesa com pessoal ficou represada, devido à Lei Complementar (LC) 173/20, que restringiu

aumentos salariais e contratações. O cenário, contudo, é o inverso desde o ano passado. "Agora tem 3,2 mil novos prefeitos e prefeitas que acham que podem continuar gastando."

O levantamento mostra que o déficit primário foi generalizado quando se compara as cidades por faixa populacional. Municípios mais populosos, com mais de 300 mil habitantes, tiveram déficit primário agregado de R\$ 18,5 bilhões em 2024. Nos médios, entre 50 mil e 300 mil habitantes, o resultado foi negativo em R\$ 8,4 bilhões. Nas cidades até 50 mil habitantes, o déficit foi de 5,8 bilhões.

Olhando a consolidação de prefeituras por Estados, houve déficit primário em 19 dos 26 entes, puxados pelo Estado de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. No agregado, os municípios desses Estados tiveram em 2024 déficits de R\$ 16,6 bilhões, R\$ 5,4 bilhões e R\$ 4,3 bilhões, nessa ordem.

Segundo Ziulkoski, decisões federais como os de pisos para o magistério e para os profissionais de saúde pressionam os gastos das prefeituras. A CNM também aponta o impacto das vinculações constitucionais das áreas de saúde e educação às receitas.

Marcos Mendes, economista e pesquisador associado do Insper, concorda que vinculações de receitas a despesas geram ineficiência e dificuldade de ajuste nas contas públicas, mas afirma que, via de regra, os municípios brasileiros vivem sob "regime de restrição orçamentária fraca". "Sabem que podem gastar à vontade porque, lá na frente, vem socorro federal."

Mendes diz que os municípios foram os grandes ganhadores no período recente, porque acumularam caixa durante a pandemia, garantiram aumento de repasses, como a maior participação da União no Fundeb e o aumento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Ele também observa que as prefeituras estão sendo beneficiadas com aumento das emendas parlamentares, além de terem conseguido "waiver" na dívida com o **INSS**.

Durante a Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, que acontece nesta semana, Ziulkoski diz que os prefeitos vão defender a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66, que,

entre outras coisas, parcela dívidas previdenciárias dos municípios.

"O fato de o resultado primário piorar [nos últimos dois anos] decorre da queima de altos saldos de caixa que os municípios acumularam durante a pandemia. Boa parte do aumento de despesa vem de investimentos maiores, que são discricionários e poderiam ser contidos. Vem, também, de aumento da folha, com contratações e aumentos salariais, que poderiam ser submetidos à política mais restritiva", avalia Mendes.

Outro levantamento da CNM mostra que de 2019 a 2024 os investimentos municipais cresceram 21,1%, em média. Contidas pela LC 173/20, que limitou reajustes a servidores até 2021, a despesa de pessoal cresceu bem menos, em 3,1%. Outras despesas correntes subiram 10,9%, sempre em média.

Em decomposição maior, os dados mostram que os gastos que mais contribuíram para o aumento da despesa primária em 2024, ante 2023, foram prestadores de serviços e locação de mão de obra (24%), vencimentos, vantagens e benefícios a servidores (24%) e obras e instalações (13,3%).

"É natural que em 2024 o resultado fiscal tenha piorado, dado pelo ciclo político", diz Manoel Pires, economista do Instituto Brasileiro de da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre). Ele observa que no mandato anterior um conjunto de fatores propiciou acúmulo de caixa relevante nos municípios e esse quadro não deve se repetir, mas os dados mais recentes do Banco Central (BC) mostram que os municípios, no panorama geral, não estão em dificuldade financeira.

Segundo o BC, o superávit primário das prefeituras, aponta Pires, somou R\$ 6,8 bilhões no primeiro trimestre de 2025. "Em igual período de 2024 foi de R\$ 2 bilhões. Os municípios, neste início de ano, apresentam o triplo do primário que tinham no começo de 2024. Isso deve ter influência também do ciclo político, com freio de arrumação de início de mandato." "É natural que no início da gestão haja um rearranjo das despesas e se gaste menos. Depois, à medida que os recursos de financiamento são captados e os projetos amadurecem, os investimentos são realizados ao fim do mandato", diz Andréa Senko, secretária de Fazenda e Planejamento do município do Rio de Janeiro. Para ela, além do resultado primário, outros indicadores que refletem a evolução da despesa obrigatória precisam ser analisados. "No nosso caso, a situação fiscal é confortável. Temos operações de crédito agora em andamento e fizemos uma revolução em algumas áreas."

Senko diz que é preciso também analisar as despesas

de cada município. Os investimentos das prefeituras, avalia, são cada vez mais indutores de dinamismo econômico. Ela cita, no Rio, os investimentos no transporte público urbano. "Eles devem gerar empregabilidade, qualidade de vida e desenvolvimento." A secretária ressalta ainda que os grandes municípios têm demandas cada vez mais crescentes. "Além de saúde e educação, temos sido demandados na área de transporte e de segurança pública. Precisamos fazer um debate de como financiar isso."

Para Vitor Puppi, secretário de Planejamento, Finanças e Orçamento de Curitiba, a leitura do déficit primário precisa ser cautelosa. "As realidades dos municípios são diferentes entre si. Há municípios em situação difícil, mas há os que fizeram a lição de casa, com reforma da Previdência e ajuste de despesas." Há muitos municípios, diz, que mantêm situação de caixa "interessante" e que tem recebido ofertas de crédito. "Em Curitiba recebemos praticamente cinco propostas de operações de crédito este ano." Existe o cuidado, diz, de verificar como os empréstimos podem impactar o serviço da dívida para evitar que essa despesa cresça e "vire uma Previdência nova".

Para Giovanna Victor, secretária de Fazenda de Salvador, a análise deve considerar os fundamentos do déficit primário. É preciso também verificar se os municípios cumprem suas tarefas de arrecadar, com legislação de 1SS compatível e 1PTU atualizado, por exemplo. "É preciso saber se o município está fazendo seu dever em relação à receita e qual é a natureza da despesa assumida."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188200?page=2§ion=1>

Falhas na fiscalização do Farmácia Popular são mais um flanco para o governo federal

Em uma plataforma de comércio eletrônico, vende-se uma farmácia em Itaquaquecetuba, região metropolitana de São Paulo. Com apenas alguns cliques, é possível comprar a loja por R\$ 110 mil. Esse valor, no entanto, pula para R\$ 230 mil se o interessado quiser comprar também o CNPJ que dá acesso ao sistema do Farmácia Popular, programa que entrou na mira de investigadores da Polícia Federal (PE) nos últimos meses por suspeitas de fraudes, em um momento de fragilidade do governo federal, abalado pelo escândalo do **INSS**.

A propaganda do estabelecimento paulista não é isolada. Em Curitiba, outro anunciante ressalta que está disponibilizando uma "oportunidade única" de uma farmácia consolidada há 13 anos no mercado. Ele destaca o cadastro no Farmácia Popular, o que ampliaria o "potencial de vendas" e fidelizaria "ainda mais os consumidores". O investimento para "fazer parte de um setor sólido e em expansão" está na faixa dos R\$ 150 mil.

Embora a compra e venda desses estabelecimentos não configure crime, a facilidade na aquisição de CNPJs de farmácias cadastradas no Farmácia Popular, combinada ao acesso ilegal à base de dados de consumidores e a falta de mecanismos de controle mais rígidos se tomaram um prato cheio para os criminosos, que aproveitam as brechas do sistema para drenar os recursos bilionários do programa criado em 2004, durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Os alertas vindos de diversas frentes acontecem em um momento de expansão do programa. Depois de perder fôlego durante o governo Jair Bolsonaro (PL), o orçamento do Farmácia Popular para este ano é de R\$ 42 bilhões. Desde março, os 41 medicamentos do programa também passaram a ser distribuídos totalmente de graça pelas farmácias credenciadas.

Além disso, o Ministério da Saúde anunciou no início do ano a abertura de credenciamento para novos estabelecimentos localizados em municípios ainda não atendidos pelo programa. A expectativa é a universalização do Farmácia Popular, chegando a todo o território nacional. Até agora, 746 novas farmácias foram credenciadas em 527 cidades.

Desde dezembro, três operações foram deflagradas

para combater fraudes. As apurações ocorrem em um momento em que o Palácio do Planalto tenta evitar a instalação de uma CPMI para investigar descontos com fraudes no **INSS**.

Além das ações da PE, investigadores procuraram o Ministério da Saúde para debater como aumentar a fiscalização do programa. A primeira conversa aconteceu durante a gestão da ex-ministra Ntsia Trindade, mas o grupo já se reuniu com a equipe de Alexandre Padilha, no comando da pasta desde março.

Por ora, as investigações não envolvem servidores, como ocorreu no escândalo do **INSS**, que teve a cúpula afastada sob suspeita. No caso do prejuízo aos aposentados e pensionistas, a estimativa é que o rombo já possa chegar a R\$ 6,3 bilhões, montante repassado para as entidades sindicais entre os anos de 2019 e 2024.

No Farmácia Popular, uma auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU) nos estabelecimentos credenciados no programa entre 2015 e 2020 revelou um esquema de desvios de cerca de R\$ 2,5 bilhões. Segundo o órgão, algumas farmácias declararam vendas fictícias, fazendo com que o governo federal repasse recursos aos proprietários sem que o medicamento de fato tivesse chegado até algum consumidor.

Esse foi o principal "modus

operandi" encontrado pela PF durante as investigações. Na operação deflagrada em dezembro, uma das suspeitas seria responsável pela compra de farmácias que eram repassadas a "laranjas". Os estabelecimentos, então, faziam simulação de vendas de medicamentos para receber repasses do programa. As fraudes ultrapassariam os R\$ 20 milhões.

Em fevereiro, os investigadores miraram uma organização criminosa que abriu pelo menos 28 farmácias para desviar recursos. Farmácias credenciadas são repassadas a "laranjas" de esquemas criminosos

do programa e financiar atividades ligadas ao tráfico de drogas. Dias depois, o alvo foi um único estabelecimento, localizado em um pequeno município paranaense, que sozinho gerou um prejuízo de mais

de RS 800 mil aos cofres públicos.

Responsável por esse último caso, o delegado Vinícius de Paula Conceição conta que a investigação começou a partir de uma denúncia anônima. Ao longo da apuração, constatou-se que das quatro farmácias cadastradas no programa em Francisco Alves (PR), o estabelecimento investigado recebia sozinho mais da metade dos recursos destinados pelo programa ao município.

Além disso, também foram realizadas entrevistas com os supostos pacientes que tiveram os CPEs usados indevidamente pelo estabelecimento, e nenhum de-

les tinham as doenças para as quais os medicamentos supostamente vendidos eram indicados. "Apesar de muitos serem idosos, uma condição clínica como Parkinson não é de fácil esquecimento", ressalta o relatório da PF.

Para o delegado, a operação demonstrou que é preciso aumentar a fiscalização nas farmácias que fazem parte do programa, especialmente as que se encontram em cidades pequenas e regiões remotas. Ele aponta, por exemplo, que deveria haver algum alerta em relação aos CPFs que registram a compra de "superdoses" de determinado medicamento.

Essa também é a opinião de representantes do Conselho Federal de Farmácia (CFF). De acordo com o secretário-geral Gustavo Pires, a entidade tem mantido interlocução com o Ministério da Saúde e se colocou à disposição para discutir soluções para evitar fraudes.

Segundo ele, uma das propostas é que o conselho poderia ser acionado para ir "in loco" verificar o que acontece em farmácias que registrem um salto muito grande nas vendas, em curto período de tempo. Além disso, Pires defende que haja mais travas na hora em que uma pessoa vai buscar o remédio, já que hoje uma mesma receita vale por seis meses. Uma das ideias é limitar a quantidade de retiradas nesse período.

Servidores do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Dcnasus), responsável por fiscalizar internamente o programa, também apontam fragilidades do Farmácia Popular. IX* acordo com um deles, que pediu anonimato, o órgão está sucateado com número reduzido de servidores. Hoje, há cerca de 420 pessoas para auditar os mais de 31 mil estabelecimentos cadastrados pelo governo. No passado, o órgão já contou com mais de mil servidores.

Em nota, o Ministério da Saúde ressaltou que não há

qualquer ilegalidade no processo de transferência de titularidade de farmácias já credenciadas no programas, desde que observados os parâmetros exigidos pelo governo. "A co-ordenação geral do programa Farmácia Popular realiza ações contínuas de monitoramento para identificar eventuais alterações cadastrais não comunicadas formalmente e, se necessário, tomar as medidas cabíveis."

Também disse que a pasta voltou a realizar a renovação anual do credenciamento dos estabelecimentos, que havia sido interrompida em 2018. O recadastramento está sendo realizado em parceria com a Caixa Econômica e segue aberto até o fim de maio.

De acordo com a pasta, desde 2023, foram suspensas preventivamente 2.084 farmácias e descredenciadas 501. Como resultado, R\$ 7,9 milhões foram restituídos à União. O ministério afirmou ainda que irá retomar as auditorias "in loco" do Dcnasus, que estavam suspensas desde 2021. Também restituiu 25 indicadores de monitoramento, abrangendo variáveis como a frequência de retirada de medicamentos e a quantidade vendida, ponderada pela população de cada município.

Em relação à defasagem no número de pessoal do órgão, disse que houve uma queda dos servidores do Dcnasus em decorrência da reforma previdenciária do governo de Michel Temer, pois parte dos servidores aproveitaram para se aposentar. O cancelamento de um concurso de 2016 também contribuiu para essa redução.

A pasta informou que está em curso um processo seletivo para recomposição do quadro e que pretende retomar a discussão sobre a carreira de auditor federal do Dcnasus. Por fim, o Ministério da Saúde destacou que colabora ativamente com a Polícia Federal nas investigações em curso.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188200?page=22§ion=1>

Fraudes no INSS: investigação da CGU avança e ajuda narrativa Planalto sobre culpa da era Bolsonaro

Lauro Jardim

O avanço das investigações da CGU sobre a roubalheira no **INSS** vai a ajudar a narrativa do Palácio do Planalto sobre quem é o mais culpado neste escândalo - se governo Lula ou de Jair Bolsonaro.

A partir de dados dos (por enquanto) 1,5 milhão de aposentados e pensionistas que pediram reembolso de descontos não autorizados, a CGU descobriu que a maior parte das fraudes foram cometidas por associações e sindicatos que assinaram acordos de cooperação com o **INSS** em 2021 e 2022 - portanto, durante o governo passado.

A campeã das fraudes é a Associação de Aposentados Mutualista para Benefícios Coletivos (Ambec) que há quatro anos tinha apenas três associados. Em 2022, começou a praticar as fraudes. Naquele ano, descontou um total de R\$ 25 milhões. E em 2024, quase decuplicou esse resultado: descontou de forma irregular R\$ 231 milhões de aposentados e pensionistas.

Esses dados que a CGU vem levantando vão auxiliar o governo a tentar jogar no colo de Onyx Lorenzoni e José Carlos Oliveira, ministros da Previdência entre 2021 e 2022, a responsabilidade pelo descalabro que veio a público no mês passado a partir da operação Sem Desconto.

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/lauro-jardim/post/2025/05/fraudes-no-inss-investigacao-da-cgu-avanca-e-ajuda-narrativa-planalto-sobre-culpa-da-era-bolsonaro.ghtml>

INSS: mais de 1,5 milhão de pessoas não reconheceram descontos e pediram reembolso

Brasília|*Rafaela Soares, do R7, em Brasília*

Informações do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) mostram que mais de 1,5 milhão de aposentados e pensionistas da autarquia não autorizaram descontos nos benefícios e solicitaram reembolso. Isso significa que nove em cada dez beneficiários não reconheceram os débitos.

O número se refere às solicitações protocoladas até este domingo. Ao todo, 41 entidades foram notificadas e, a partir de agora, eles têm, 15 dias para apresentar a solicitação ou pagar os valores devidos.

Para verificar se o desconto associativo identificado no benefício foi autorizado, basta acessar o aplicativo **Meu INSS**, informando CPF e senha, e clicar no serviço "Consultar Descontos de Entidades Associativas".

Será exibido o nome da entidade e, também, as opções para que o usuário informe se autorizou ou não o débito.

Caso o aposentado ou pensionista não reconheça o desconto, aparecerá a mensagem informando que o pedido foi realizado com sucesso. As entidades associativas terão até 15 dias úteis para responder à contestação.

Ainda segundo o **INSS**, após o prazo para comprovação da contratação do serviço, a entidade que não apresentar os documentos exigidos deverá providenciar o ressarcimento por meio de uma GRU específica. Após o recebimento do valor, o **INSS** fará o depósito diretamente na conta bancária vinculada ao benefício.

Se a associação comprovar a autorização do desconto, o beneficiário será informado e poderá, se desejar, apresentar nova contestação.

Caso a entidade não efetue o ressarcimento nem comprove a regularidade dos descontos, o caso será encaminhado à Advocacia-Geral da União (AGU) para que sejam adotadas as medidas legais cabíveis.

O **INSS** não realiza ligações nem envia SMS para informar sobre reembolsos. O contato oficial com os beneficiários será feito exclusivamente por meio de notificações no aplicativo **Meu INSS**. Em caso de dúvidas, os cidadãos podem ligar para a central de atendimento pelo número 135.

Acesse o aplicativo **Meu INSS** quanto antes e ative as notificações no celular - isso facilita para que você seja avisado automaticamente sobre qualquer nova informação.

Fique por dentro das principais notícias do dia no Brasil e no mundo. Siga o canal do R7, o portal de notícias da Record, no WhatsApp

Site: <https://noticias.r7.com/brasil/inss-mais-de-15-milhao-de-pessoas-nao-reconheceram-descontos-e-pediram-reembolso-19052025/>

BURACO - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

"Eu não estou reduzindo o salário mínimo, acho que é só dar uma pausa em um aumento que me parece inviável em função da baixa produtividade, do crescimento do país e em função do buraco previdenciário". A Declaração é do economista Armínio Fraga, publicada neste jornal no dia 11 de maio. Contestamos a expressão "em função do buraco previdenciário". Isso não existe na arrecadação financeira da **Previdência Social**. Esta, desde o início, foi sempre superavitária. As análises anuais da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip)** e Fundação **Anfip** demonstram e comprovam o superávit financeiro, principalmente, com o advento da Constituição de 1988 que criou a **Seguridade Social**: saúde, assistência social e **previdência social**.

DÉFICIT

Para reafirmar a situação de sustentável e superavitária da **Previdência Social**, convém destacar o artigo do juiz federal e doutor em Direito Tributário Andrei Pitten Velloso, publicado pela Associação dos Juizes Federais do Rio Grande do Sul - Ajufergs: "o governo federal difunde essa falácia há anos para sustentar o seu discurso ad terro-rem de que a **Previdência Social** é deficitária e economicamente insustentável com o único propósito de lograr o apoio político necessário para mutilar os direitos dos aposentados e pensionistas. O déficit da previdência é uma mentira construída a partir dos mais variados artifícios financeiros. Não existe sequer um orçamento da **previdência social** que permita identificar o déficit propalado".

TRANSFERÊNCIAS

As transferências de recursos financeiros da conta **Seguridade Social**, hoje, e da conta **Previdência Social**, anteriormente, para suprir o pagamento de despesas de outras áreas não identificadas como saúde, assistência social e previdência, impede o cumprimento com eficiência das suas atribuições. É necessário e premente corrigir esse procedimento, evitando-se dificuldades para se atender a contento os beneficiários contribuintes financeiros do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), participantes do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS). A eliminação do instrumento Desvinculação de Receitas da União, a famigerada DRU, criada no governo Fernando Henrique Cardoso, é a principal providência

a ser implementada.

DEFASAGEM

O governo tem que encontrar outra forma para atender ao suprimento das despesas de outras áreas, sem a retirada de recursos financeiros destinados à saúde, à assistência social e à **previdência social**. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabeleceu as regras para a **Seguridade Social**, definindo a exclusividade na aplicação dos recursos financeiros arrecadados e disponibilizados no Orçamento da **Seguridade Social**. Aposentados e pensionistas pugnam pelo cumprimento integral da Carta-Magna, reiterando o procedimento de igualdade nos reajustes anuais de seus proventos para evitar o que está acontecendo atualmente: uma defasagem sem precedentes, prejudicando-os na qualidade de vida.

DESCONTO

O desconto sem autorização expressa do segurado do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) é uma irregularidade grave. Os responsáveis pelo ordenamento da **Seguridade Social**, do qual é parte a **Previdência Social**, têm que tomar medidas com ações firmes, rigorosas e imediatas para sanar o ocorrido causado aos aposentados e pensionistas. O **INSS** tem que ficar imune às ações ines-crúpulas, procedendo a devida correção na gestão administrativa para evitar novas investidas. A correção tem que ser efetivada contra as entidades criadas para cometer o ilícito. Incluir na correção entidades que cumpriram e cumprem os ditames da legislação vigente nos parece uma decisão severa e punitiva. Haveremos de ter uma revisão na tomada de decisão.

RECLAMAÇÃO

Aposentados e pensionistas não entendem e reclamam da demora que acontece na Câmara dos Deputados. Já se passaram 16 anos e os deputados federais não se dignaram a discutir o Projeto de Lei em plenário. Entendem como uma desconsideração aos aposentados e pensionistas. Esquecem que são cidadãos e cidadãos de direitos e merecem tratamento igualitário, principalmente no reajuste dos seus benefícios previdenciários, conforme estabelecido na Carta-Magna. Aliás, a aprovação do PL-4434/2008 restabelece um direito usurpado dos segurados do **INSS** há mais de três décadas. Como já dissemos anteriormente, a reivindicação tem fundamento na

Constituição, não é favor e sim uma questão de justiça social.

CRIANÇAS

"Se a gente quiser modificar alguma coisa, é pelas crianças que devemos começar" (Ayrton Senna).

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-137817-1905202507%20-%204590f91ae7478d7bb1fa06546e6b7893.pdf

Split payment pode afetar fluxo de caixa, diz estudo

Estevão Taiar De Brasília

Os impactos do split payment no fluxo de caixa estão entre as principais preocupações das empresas a respeito da **reforma tributária** sobre consumo, de acordo com estudo realizado pela consultoria tributária Tax Group. A consultoria ouviu 109 empresas de todas as regiões do Brasil, que estão nos regimes de lucro real ou presumido, têm faturamento anual superior a R\$ 20 milhões e estão em um dos cinco seguintes setores: comércio, varejo e atacado; indústria; agronegócio; serviços; transportes.

"O split payment vai reduzir muito a liquidez nas empresas", diz o CEO do Tax Group, Luis Wulff, a respeito do sistema que repassará automaticamente os **tributos** para o Fisco, o que não acontece atualmente.

"A grande maioria das empresas possui tempo de recolhimento de **tributos** entre 45 e 50 dias. Isso significa que, antecipando o recolhimento, estou encurtando em 45 dias esse fluxo de caixa", completa o tributarista.

Wulff destaca que, embora a emenda constitucional (EC) e as leis que implantaram a reforma já tenham sido aprovadas, esses impactos podem ser calibrados de maneira infralegal, por meio de portarias.

"Há um espaço relevante para ajustes técnicos que podem melhorar bastante a aplicação prática da reforma", diz.

Fabricio Parzanese dos Reis, sócio da área tributária do Vello-za Advogados, também afirma que o split payment "sem dúvida tem impacto direto no fluxo de caixa" das companhias.

Fisco no balcão

"O sistema coloca o Fisco no balcão da empresa", diz, destacando que "esse é um problema que os meios de pagamento já tinham identificado". "Pagar uma obrigação no momento da liquidação tira o manejo do fluxo de caixa", argumenta.

Procurado, o Ministério da Fazenda afirma que uma série de outras mudanças implantadas pela reforma impactarão positivamente a liquidez das empresas ou

mitigarão os efeitos negativos do split payment. Um deles é que esses efeitos negativos dependerão do prazo de liquidação do pagamento. Em casos como a liquidação de vendas realizadas por meio de cartão de crédito, por exemplo, esse efeito é menor. Um segundo é que o prazo de recolhimento dos **tributos**, embora esse recolhimento seja automático, ainda será definido em regulamento. Um terceiro é que o split payment diminuirá fraudes e sonegações. Isso também reduzirá, segundo a pasta, a alíquota de referência do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) implantado pela reforma em 3 pontos percentuais, aumentando a liquidez das empresas.

O estudo também mostra que a possibilidade de reconfigurações societárias está no radar das empresas. Wulff cita o exemplo real de uma companhia de varejo que "tem atualmente toda a cadeia de venda estrutura em lojas físicas e também toda a estrutura logística, com caminhões próprios". Essa empresa já decidiu que vai "dividir o negócio em duas empresas: uma focada em fazer varejo e outra em entregar os produtos".

"A partir de agora, os negócios começarão a ser pensado e repensados do ponto de vista organizacional, se faz mais sentido estarem no mesmo Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou separados em dois negócios para ter mais eficiência fiscal", afirma Wulff.

O estudo ainda mostra preocupações particulares ou mais conhecidas de cada setor, como impactos no e-commerce no caso de comércio, varejo e atacado, ausência de determinados produtos na cesta básica no caso do agronegócio, aumento da carga tributária no caso de serviços e cobrança do Imposto Seletivo sobre diesel no caso de transportes.

"A **reforma tributária** não será apenas uma mudança jurídica, mas uma mudança profunda na própria economia do país", diz Wulff, afirmando que essa mudança atingirá cada setor de maneira diferente. "Nós teremos uma reprecificação do Brasil. O país terá novos preços de produtos e serviços."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188200?page=22§ion=1>

STJ prevê que IBS e CBS têm potencial para triplicar o atual contencioso tributário

Relatório do grupo de trabalho do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre os impactos da **reforma tributária** no Poder Judiciário indica que os **novos tributos**, o Imposto (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), têm o potencial de, ao menos, triplicar o atual contencioso tributário. Só no STJ, em 2024, foram apresentados cerca de 63 mil casos fiscais - cerca de 19 mil sobre os **impostos** que serão substituídos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS).

O diagnóstico também trata sobre quem deverá julgar os processos sobre os novos **tributos** e diverge da proposta apresentada pela Advocacia-Geral da União (AGU). Ao invés de misturar juizes estaduais e federais em varas especializadas, os ministros defendem que essa responsabilidade deve ficar com a Justiça Federal. Destacam, porém, que será preciso orçamento para essa nova tarefa.

"O cenário é bastante preocupante. Se não houver um esforço sério para racionalizar a litigância judicial envolvendo o IBS e a CBS, o sistema judiciário poderá receber mais demandas do que tem capacidade de lidar", afirma o STJ em seu diagnóstico.

A Corte espera maior demanda por decisões colegiadas, que resolvam conflitos interpretativos "novos e difíceis" sobre IBS e CBS, uniformizando a jurisprudência em nível nacional. Seguindo as regras atuais, caberá ao STJ estabelecer a interpretação da legislação única aplicada pelos seis Tribunais Regionais Federais (TRFs), pelos 27 Tribunais de Justiça e, eventualmente, pelos órgãos do sistema dos juizados especiais federais.

Para o STJ, a **reforma tributária** tem potencial de elevar o contencioso judicial tributário a parâmetros inéditos, "esgotando os recursos do Poder Judiciário". A Emenda Constitucional (EC) nº 132, de 2023, e os projetos de lei complementar em tramitação para sua regulamentação não dão resposta suficiente à questão da integração do contencioso judicial tributário, segundo a Corte.

O parecer estima que cada titular de crédito sobre o mesmo fato (Estado destino, município destino e União) moverá sua própria execução fiscal. Então, um único fato poderá levar a três execuções fiscais. Por isso, o STJ estima que os novos **tributos** têm o potencial de, ao menos, triplicar o contencioso sobre a

tributação do consumo.

O diagnóstico, para primeira e segunda instâncias, aponta que a solução proposta pela AGU, de uma nova justiça mista, tem "vários problemas de estruturação". Segundo os ministros, a criação de um novo tribunal com magistrados de diferentes origens representaria um "desafio administrativo intranponível".

"São muitas as inovações e como novidades geram dúvidas, e estas, controvérsias, é praticamente certo que o nível de litigiosidade aumentará ainda mais", diz a ministra Regina Helena Costa em resposta por e-mail enviada ao Valor.

Para o STJ, uma das possibilidades é especialização da Justiça Federal para processar e julgar as causas relativas não apenas à CBS,

"É praticamente certo que o nível de litigiosidade aumentará ainda mais"

Regina H. Costa

contribuição federal, mas também ao IBS, imposto estadual e municipal com o mesmo regime jurídico. "Essa solução se aproveita de estruturas já existentes e consolidadas." A proposta também inclui estabelecer alçadas para a proposição de execuções fiscais por cada ente da federação. Segundo os ministros, esse formato tem a vantagem de concentrar a cobrança e a discussão em um só processo, com apenas um ente representando os demais, e de diluir a litigância entre as Justiças Federal e dos Estados.

O STJ ainda propõe a exigência de requerimento prévio administrativo para as discussões sobre os novos **tributos**. "Seria uma forma de valorizar a atividade administrativa e de aliviar a jurisdição", afirma o relatório.

Há preocupação de que a reformulação da Justiça Federal seja difícil por falta de orçamento, segundo a ministra Regina Helena Costa. "A medida precisa ser acompanhada de uma adequada estratégia de financiamento."

De acordo com o advogado Luis Gustavo Bichara, quando o governo optou pelo IVA dual, esqueceu de

organizar o contencioso do novo sistema. "A EC 132 não cuidou disso e a regulamentação focou no mérito, esquecendo essa parte da reforma. Agora percebeu que tem que definir esse tema, porque algum contencioso haverá", diz. Para o advogado, o que se viu, pela experiência mundial, não foi um aumento exponencial no número de processos.

Bichara lembra que a Súmula 150 do STJ define que a competência é federal quando houver interesse da União. E como o IBS e CBS são idênticos, será natural que a União sempre tenha interesse nas causas de IBS, o que gera risco de sobrecarregar a Justiça Federal - apesar de não haver certeza sobre o volume de processos da reforma.

Para Breno Vasconcelos, do Mannrich e Vasconcelos, AGU e STJ partem de um ponto semelhante, que é ver **tributos** considerados gêmeos e que vão incidir sobre as mesmas situações não terem a mesma solução por serem julgados em lugares diferentes. O STJ, afirma, fez um diagnóstico correto de um risco, porque o Projeto de Lei Complementar (PLP) n-108 e a EC 132 não trazem a previsão para o processo tributário.

Mas Vasconcelos pondera que essa proposta pode ter um custo político de retirar dos juizes estaduais a competência para julgar. "A necessidade de dispêndio de dinheiro e tempo dificulta qualquer proposta."

A Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) considera necessário criar mecanismos de articulação e cooperação tanto na esfera administrativa quanto judicial. Para a entidade, embora se espere que o novo modelo reduza o volume de litígios, a efetividade da simplificação depende de uma integração, que vai desde a coordenação das fiscalizações, passando pela instância administrativa até a palavra final no judiciário.

A associação acredita que a criação de estruturas que incorporem, conjuntamente, juizes estaduais e federais para o julgamento exclusivo dos **tributos** pode ser efetiva, já que se trataria apenas de uma realocação de recursos, sem resultar em novos gastos.

Procurada pelo Valor, a AGU não quis comentar o assunto.

Site:

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188200?page=6
§ion=3](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188200?page=6§ion=3)

Maranhão Livre da Fome: um marco no desenvolvimento social e econômico

Opinião +

CARLOS BRANDÃO , governador do Maranhão

O Maranhão lançou recentemente o programa Maranhão Livre da Fome, um moderno instrumento econômico e social para o ousado objetivo de erradicar a extrema pobreza no estado antes mesmo que o Brasil como um todo alcance essa meta.

A viabilização dessa iniciativa só foi possível a partir da implementação de uma verdadeira e justa **reforma tributária** estadual, que assegura os recursos necessários por meio de uma política fiscal progressiva - cobrando mais **impostos** de quem pode pagar mais. Paralelamente, a cesta básica teve redução progressiva de 33% do ICMS. Esse novo arranjo financeiro permite que o Maranhão invista de forma decisiva na inclusão social, sem risco algum às contas públicas. Tudo isso realizado com o total apoio da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Justiça, de órgãos de controle e de organismos internacionais.

O Maranhão Livre da Fome atenderá diretamente a 95 mil famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em todo o estado, beneficiando aproximadamente 432 mil pessoas. O programa vai ser um complemento ao Bolsa Família para aqueles cuja renda per capita ainda é abaixo de R\$ 218.

Serão creditados para as famílias elegíveis R\$ 200 mensais para a complementação de renda e mais R\$ 50 por criança com 6 anos ou menos. Se, após essa cesta de benefícios, ainda assim a família beneficiária não ultrapassar renda familiar per capita mensal de R\$ 218, o governo do estado pagará um complemento variável para que ela ultrapasse a linha de pobreza extrema.

Esse benefício será destinado exclusivamente à compra de alimentos em estabelecimentos credenciados, fomentando o comércio local e garantindo uma alimentação adequada. Além da transferência direta de renda, será oferecida uma ampla qualificação profissional a quem tem mais de 16 anos, para que possa ser inserido no mercado de trabalho. Após a capacitação, os beneficiários receberão kits profissionais para começar a trabalhar.

O programa apresenta dois eixos. O urbano, voltado

para a transferência de renda, cursos de qualificação e empreendedorismo para famílias em situação de pobreza extrema residentes em cidades, além de fortalecimento da rede de restaurantes populares e ações articuladas com a rede de assistência social dos municípios. E o eixo rural, voltado para fortalecimento da agricultura familiar, inclusão produtiva e geração de renda para famílias em situação de pobreza residentes em áreas rurais.

Ainda sobre o meio rural, essas áreas contarão com apoio técnico, distribuição de sementes e insumos, programas de compras públicas da agricultura familiar (como o Procap) e apoio à organização comunitária para produção e comercialização de alimentos.

O Maranhão conta hoje com a maior rede de restaurantes populares da América Latina, com 183 unidades, sob gestão da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedes), oferecendo café da manhã, almoço e jantar a preços simbólicos de apenas R\$ 1 (almoço ou janta) e R\$ 0,50 (café da manhã). Em 2025, o governo entregou 15 novas unidades, incluindo três em São Luís. O objetivo é que cada uma das 217 cidades maranhenses tenha ao menos uma unidade de restaurante popular.

O Maranhão tem participado ativamente das ações para enfrentar a insegurança alimentar e contribuir para a erradicação da fome e da pobreza no país. Destacou-se em redução da pobreza na Região Nordeste, apresentando queda de 10,5 pontos percentuais na taxa de pobreza extrema, saindo de 22,8% para 12,2% entre 2021 e 2023.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

Os dados são da Fundação Getulio Vargas (FGV). O estudo também apontou que cerca de 919,9 mil maranhenses saíram da pobreza, o que representa uma queda no indicador de 66,2% para 52,7% no período.

Já segundo o IBGE, no comparativo entre 2022 e 2023, cerca de 195 mil pessoas deixaram a extrema pobreza no Maranhão, e outras 372 mil pessoas deixaram a pobreza. O estudo indica que a proporção de pessoas no estado situadas na linha de extrema pobreza em 2023 reduziu na comparação com 2022,

saindo de 15,0% para 12,2%.

Paralelamente, o estado também colheu, em 2024, o melhor resultado dos últimos 12 anos no mercado de trabalho. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua do IBGE, o Maranhão ultrapassou a marca de 2,7 milhões de pessoas ocupadas.

É a maior marca desde a criação da pesquisa, em 12 anos. O número saltou de 2,632 milhões no segundo trimestre de 2024 para 2,709 milhões no terceiro trimestre, crescimento de 77 mil empregos em apenas três meses. Em relação ao mesmo período de 2023, o aumento na taxa de ocupação foi de 6,7%.

O Maranhão Livre da Fome é a expressão de um projeto de desenvolvimento social e econômico estruturante que alia crescimento com justiça social, consolidando o estado como exemplo nacional de combate à pobreza, promoção da dignidade humana, da segurança alimentar e da geração de emprego e renda.

CARLOS BRANDÃO , governador do Maranhão

O Maranhão lançou recentemente o programa Maranhão Livre da Fome, um moderno instrumento econômico e social para o ousado objetivo de erradicar a extrema pobreza no estado antes mesmo que o Brasil como um todo alcance essa meta.

A viabilização dessa iniciativa só foi possível a partir da implementação de uma verdadeira e justa **reforma tributária** estadual, que assegura os **recursos necessários** por meio de uma política fiscal progressiva - cobrando mais **impostos** de quem pode pagar mais. Paralelamente, a cesta básica teve redução progressiva de 33% do ICMS. Esse novo arranjo financeiro permite que o Maranhão invista de forma decisiva na inclusão social, sem risco algum às contas públicas. Tudo isso realizado com o total apoio da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Justiça, de órgãos de controle e de organismos internacionais.

O Maranhão Livre da Fome atenderá diretamente a 95 mil famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em todo o estado, beneficiando aproximadamente 432 mil pessoas. O programa vai ser um complemento ao Bolsa Família para aqueles cuja renda per capita ainda é abaixo de R\$ 218.

Serão creditados para as famílias elegíveis R\$ 200 mensais para a complementação de renda e mais R\$ 50 por criança com 6 anos ou menos. Se, após essa cesta de benefícios, ainda assim a família beneficiária não ultrapassar renda familiar per capita mensal de R\$ 218, o governo do estado pagará um complemento

variável para que ela ultrapasse a linha de pobreza extrema.

Esse benefício será destinado exclusivamente à compra de alimentos em estabelecimentos credenciados, fomentando o comércio local e garantindo uma alimentação adequada. Além da transferência direta de renda, será oferecida uma ampla qualificação profissional a quem tem mais de 16 anos, para que possa ser inserido no mercado de trabalho. Após a capacitação, os beneficiários receberão kits profissionais para começar a trabalhar.

O programa apresenta dois eixos. O urbano, voltado para a transferência de renda, cursos de qualificação e empreendedorismo para famílias em situação de pobreza extrema residentes em cidades, além de fortalecimento da rede de restaurantes populares e ações articuladas com a rede de assistência social dos municípios. E o eixo rural, voltado para fortalecimento da agricultura familiar, inclusão produtiva e geração de renda para famílias em situação de pobreza residentes em áreas rurais.

Ainda sobre o meio rural, essas áreas contarão com apoio técnico, distribuição de sementes e insumos, programas de compras públicas da agricultura familiar (como o Procap) e apoio à organização comunitária para produção e comercialização de alimentos.

O Maranhão conta hoje com a maior rede de restaurantes populares da América Latina, com 183 unidades, sob gestão da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedes), oferecendo café da manhã, almoço e jantar a preços simbólicos de apenas R\$ 1 (almoço ou janta) e R\$ 0,50 (café da manhã). Em 2025, o governo entregou 15 novas unidades, incluindo três em São Luís. O objetivo é que cada uma das 217 cidades maranhenses tenha ao menos uma unidade de restaurante popular.

O Maranhão tem participado ativamente das ações para enfrentar a insegurança alimentar e contribuir para a erradicação da fome e da pobreza no país. Destacou-se em redução da pobreza na Região Nordeste, apresentando queda de 10,5 pontos percentuais na taxa de pobreza extrema, saindo de 22,8% para 12,2% entre 2021 e 2023.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

Os dados são da Fundação Getulio Vargas (FGV). O estudo também apontou que cerca de 919,9 mil maranhenses saíram da pobreza, o que representa uma queda no indicador de 66,2% para 52,7% no período.

Já segundo o IBGE, no comparativo entre 2022 e 2023, cerca de 195 mil pessoas deixaram a extrema pobreza no Maranhão, e outras 372 mil pessoas deixaram a pobreza. O estudo indica que a proporção de pessoas no estado situadas na linha de extrema pobreza em 2023 reduziu na comparação com 2022, saindo de 15,0% para 12,2%.

Paralelamente, o estado também colheu, em 2024, o melhor resultado dos últimos 12 anos no mercado de trabalho. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua do IBGE, o Maranhão ultrapassou a marca de 2,7 milhões de pessoas ocupadas.

É a maior marca desde a criação da pesquisa, em 12 anos. O número saltou de 2,632 milhões no segundo trimestre de 2024 para 2,709 milhões no terceiro trimestre, crescimento de 77 mil empregos em apenas três meses. Em relação ao mesmo período de 2023, o aumento na taxa de ocupação foi de 6,7%.

O Maranhão Livre da Fome é a expressão de um projeto de desenvolvimento social e econômico estruturante que alia crescimento com justiça social, consolidando o estado como exemplo nacional de combate à pobreza, promoção da dignidade humana, da segurança alimentar e da geração de emprego e renda.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - DF
Maranhão Livre da Fome: um marco no desenvolvimento social e econômico

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/opiniao/2025/05/7-147834-maranhao-livre-da-fome-um-marco-no-desenvolvimento-social-e-economico.html>

Tabaco, álcool e ultraprocessados têm impacto na saúde e no meio ambiente

Artigos

Qual a relação entre a epidemia de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), principal causa de morte em todo o mundo, e a degradação do meio ambiente? Acertou quem respondeu: as indústrias de tabaco, álcool e ultraprocessados. Para enfrentar essa situação, organizações da sociedade civil ligadas à promoção da saúde e à preservação ambiental jogam luzes sobre a ação de setores da economia que lucram à custa de adoecimento, morte e destruição de biomas.

O Instituto Nacional do Câncer (Inca) e o Ministério da Saúde relacionam derivados de tabaco, bebidas alcoólicas e alimentos ultraprocessados - fórmulas ricas em sal, gordura, açúcar e aditivos; e pobres em nutrientes - ao desenvolvimento de dezenas de doenças. Entre as mais frequentes, diversos tipos de câncer, diabetes tipo 2, insuficiências cardiorrespiratórias, hipertensão e depressão.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) destaca que, na Europa, quatro indústrias - alimentos, álcool, tabaco e combustíveis fósseis - estão ligadas a 2,7 milhões de mortes anuais. Estudo publicado no American Journal of Preventive Medicine revela que, em 2018, o consumo de ultraprocessados custou a vida de 124 mil pessoas nos Estados Unidos. Ainda segundo a OMS, em todo o mundo, a cada ano, o tabaco mata 8,7 milhões de indivíduos, enquanto a conta do álcool chega a 3 milhões.

No que diz respeito às ameaças à saúde do planeta, artigo na revista The Lancet mostra que, em três décadas, a produção de salgadinhos de pacote, bebidas de caixinha, biscoitos recheados, salsichas, entre outros, elevou em 245% as emissões de gases de efeito estufa, substâncias que aceleram o aquecimento global.

Só o Brasil despeja 1,3 milhão de toneladas de plástico nos oceanos todos os anos. Grande parte dessa contaminação vem do descarte de itens e embalagens. Efeitos nocivos do plástico permeiam toda a cadeia produtiva de ultraprocessados e bebidas alcoólicas. Numa lata de cerveja de 350ml, encontramos até 28 mil partículas de microplástico, aponta levantamento da Analyst. Há ainda o abuso na gestão dos recursos hídricos. Para obter 1 litro de

cerveja, são necessários 298 litros de água (Water Foot Print Networking). A mesma quantidade de bebida açucarada demanda entre 300 e 600 litros de água.

A OMS monitora a devastação operada pela indústria de tabaco e derivados. A cada ano, o solo e os oceanos recebem cerca de 4,5 trilhões de bitucas, filtros de cigarro compostos por plástico e ingredientes tóxicos. Além disso, a fumicultura representa 5% de todo o desmatamento global. Pelo menos uma árvore é derrubada na fabricação de 300 cigarros.

A despeito da relevância, não basta trazer à tona tantas questões. Os caminhos para um futuro saudável também vêm sendo apontados por evidências científicas. Especialistas em saúde pública confirmam orientação da OMS e do Banco Mundial e recomendam o aumento de preços por meio da tributação como medida mais eficiente para reduzir o uso de produtos nocivos.

A **reforma tributária** instituiu o Imposto Seletivo para itens que fazem mal à saúde e ao ambiente. O texto, sancionado no início do ano, inclui na categoria derivados de tabaco, bebidas alcoólicas e refrigerantes. Mas, no contexto do debate sobre a regulamentação do projeto, destacamos dois pontos. Primeiro, a necessidade de estender a medida a todos os ultraprocessados e itens plásticos descartáveis de uso único. E, ainda, a importância de assegurar alíquotas que de fato cumpram a função de desestimular o consumo.

Uma única iniciativa, portanto, com duplo impacto... positivo!

* Paula Johns é diretora executiva da ACT Promoção da Saúde, Ademilson Zamboni é diretor-geral da Oceana

Site:

<https://oglobo.globo.com/opiniao/artigos/coluna/2025/05/tabaco-alcool-e-ultraprocessados-tem-impacto-na-saude-e-no-meio-ambiente.ghtml>

Risco fiscal nos EUA acende sinal de alerta nos mercados

O rebaixamento da nota soberana de crédito dos Estados Unidos pela Moody's - o terceiro entre as grandes agências de rating - cristalizou uma percepção que os mercados já começavam a embutir nos preços dos ativos: a maior economia do mundo caminha para um desequilíbrio fiscal estrutural, sem coordenação política para revertê-lo. Com o Congresso travado em disputas sobre projetos orçamentários que têm potencial para elevar ainda mais os gastos, o prêmio de risco exigido pelos investidores para carregar os Treasuries aumenta e reacende sinais de alerta sobre o custo de financiamento do governo americano.

Ao longo da semana passada, o salto dos rendimentos dos Treasuries já acionou um sinal de alerta nos mercados, com a taxa do papel de dez anos acima de 4,5% e a do título de 30 anos novamente próxima de 5%. Passada a tensão em torno das tarifas comerciais impostas pelo presidente dos EUA, Donald Trump, o mercado voltou suas atenções para as discussões sobre o orçamento do próximo ano fiscal no Capitólio - e a percepção de uma deterioração das contas públicas levou os agentes a exigirem prêmios ainda maiores no mercado de juros americano.

O rebaixamento do rating dos EUA pela Moody's na noite de sexta-feira, após o fechamento dos mercados, adiciona uma camada de incerteza aos agentes financeiros, que já andavam desconfortáveis com a trajetória da dívida pública americana. A agência cortou

a nota soberana de 'Aaa' para 'Aa1' e, assim, os EUA deixaram de ter o "triple A", nota máxima dada pelas agências de classificação de risco, na avaliação de todas as casas. Ao justificar sua decisão, a Moody's avalia que há uma incapacidade dos EUA em conter a tendência de déficits fiscais elevados.

"O foco do mercado se voltou às incertezas fiscais ligadas às negociações em torno do novo projeto orçamentário", diz o estrategista Mike Chang, do Citi. "Dado que as tarifas não são mais vistas como uma fonte relevante de receita, a preocupação é que o cenário fiscal de longo prazo não melhore - ou até piore. Somando-se a isso o novo ceticismo quanto ao status dos Treasuries como porto seguro, a narrativa de um prêmio de termo ["term premium", exigido por investidores para carregar os papéis da dívida] mais

elevado pode voltara tona."

Chang alerta, ainda, para o risco de episódios de "greve de compradores" caso o déficit dos EUA supere as expectativas. Em relatório enviado a clientes, o estrategista diz acreditar que há uma chance de a versão final do Orçamento manter os mesmos cortes nos **impostos**, mas com uma menor redução de gastos e menor arrecadação, o que poderia levar o déficit fiscal de 2026 a ser maior que o de 2025 em cerca de 0,3 ponto - algo que vai ao encontro das preocupações elencadas pela Moody's.

"O não enfrentamento das preocupações fiscais de longo prazo deve manter o prêmio de termo elevado", diz o estrategista do Citi, ao lembrar do episódio visto no início do mês passado, quando houve pressão nos swaps de juro de longo prazo nos EUA, o que levou a taxa do T-bond de 30 anos a visitar novamente a casa dos 5%. O fenômeno foi um dos fatores que levaram o governo Trump a recuar de seus planos tarifários mais agressivos.

O secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bessent, minimizou a ação da Moody's. Em entrevista à rede de TV americana NBC no domingo, ele avaliou o rebaixamento como um "indicador defasado" e culpou o governo de Joe Biden, ao dizer que "herdou" gastos públicos elevados da administração anterior.

Diante de um aumento na percepção de risco fiscal nos EUA em meio à tramitação dos projetos orçamentários na Câmara dos Representantes, a decisão da Moody's pode agravar o sentimento em torno da dívida americana. Embora o "timing" da ação de rating da agência tenha surpreendido, os mercados já haviam precificado alguma chance de esse cenário se concretizar. Embora não reflita de forma automática a nota de crédito em si, o risco país dos EUA medido pelo CDS (sigla do inglês "credit default swap", uma medida do risco de calote) de cinco anos já se afastava dos índices de outros soberanos com rating parecido. Enquanto a Alemanha (AAA) sustentava, na sexta-feira, CDS de 12 pontos, o dos EUA estava em 54 pontos, segundo dados da S P Global.

"Em nossa opinião, a Moody's tem mais peso que a Fitch [que rebaixou o rating dos EUA em 2023]. Por isso, projetamos ao menos um aumento adicional nos juros de mercado no primeiro dia. Não nos

surpreenderia se os títulos de 30 anos tivessem desempenho inferior nos próximos pregões", alerta o chefe da estratégia macro da Wells Fargo Securities, Mike Schumacher. Para ele, é possível que os juros de longo prazo voltem a subir de forma razoável ao longo da semana.

§ion=3

Já o chefe de estratégia de juros do J.P. Morgan, Jay Barry, avalia que as taxas americanas de longo prazo já estão bastante pressionadas. "É natural que os investidores se preocupem com os impactos desse tipo de rebaixamento sobre a precificação dos Treasuries", diz. Para o estrategista, a iniciativa da Moody's tenderia a estreitar ainda mais os "swap spreads". No entanto, Barry observa que os Treasuries já têm operado com um nível de prêmio superior a outros mercados de juros soberanos com rating semelhante, o que pode limitar o impacto da ação da agência.

Mesmo com um possível impacto limitado, Barry não vê espaço para alívio no mercado de Treasuries. Pelo contrário. Para ele, a curva de juros americana seguirá sensível à evolução da política fiscal no curto prazo e às implicações para a emissão de títulos nos próximos anos. "Dado o grau de incerteza em torno do conteúdo final [do projeto de reconciliação que tramita na Câmara] e do cronograma, acreditamos que os riscos se inclinam para déficits ligeiramente maiores no curto prazo e um impulso fiscal mais positivo sobre o **PIB** no ano fiscal de 2026." Dado o nível elevado de inclinação da curva de juros dos Treasuries, o J.P. Morgan acredita que, caso o projeto de reconciliação orça-

"Não enfrentamento de preocupações fiscais deve manter prêmio elevado" Mike Chang mentaria que tramita na Câmara seja aprovado e sofra alterações mínimas no Senado, o impacto sobre os juros de mercado tende a ser limitado. "Hesitamos em adotar posições que apostem em uma inclinação mais ampla da curva no ambiente atual", afirma Barry.

O estrategista, contudo, diz apostar em um aumento nos juros de dez anos em relação às taxas de três e de 30 anos, diante da aposta em um aumento estrutural dos prêmios. "Um plano fiscal que mantém os déficits acima de 6% a 7% do **PIB** nos próximos anos, enquanto a demanda por Treasuries por parte de investidores menos sensíveis a preço segue caindo, deve sustentar a tendência de elevação estrutural dos prêmios ao longo do tempo", enfatiza. Para ele, portanto, a percepção de um alívio mais amplo nas taxas americanas está longe de se concretizar.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188200?page=6>

STF julga reduções de alíquotas do Reintegra

O Supremo Tribunal Federal (STF) começou a analisar, em repercussão geral, se deve ser aplicado o princípio da anterioridade geral ou anual nas reduções das alíquotas do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) - ou seja, se deveriam entrar em vigor só no ano seguinte ao da alteração. O julgamento começou na sexta-feira, no Plenário Virtual.

Por ora, votaram os ministros Cristiano Zanin, relator do caso, e Edson Fachin. O relator defendeu a aplicação da anterioridade nonagesimal (90 dias). E Fachin, tanto a no-nagesimal quanto a geral. A discussão é importante para União. Segundo o Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025, em caso de derrota, o impacto estimado é de RS 4 bilhões. O julgamento se estende até a próxima sexta-feira (ARE 1285177).

Em seu voto, Zanin explica que o princípio da anterioridade tributária foi consagrado pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 150, inciso III, alínea "b", que estabelece que a instituição e a majoração de **tributos** só podem passar a valer no exercício financeiro seguinte ao da publicação de nova lei. Essa é a chamada "anterioridade geral", "anual" ou "de exercício".

Em 2003, a regra foi atualizada para instituir a chamada "anterioridade nonagesimal" ou "noventena". Ela determina que a União, Estados e municípios não podem cobrar **tributos** antes de decorridos 90 dias a partir da data de publicação da lei que os tenha aumentado.

Os ministros agora devem definir se a regra da anterioridade anual vale para o caso do Reintegra, programa criado pelo governo federal em 2011 e reinstituído em 2014 para "devolver parcial ou integralmente o resíduo tributário remanescente na cadeia de produção de bens exportados". Inicialmente, foi previsto que a alíquota do crédito sobre a receita com vendas ao exterior iria variar entre 0,1 % e 3%. Porém, decretos posteriores reduziram o percentual máximo. Desde 2018, ele está em 0,1 %.

Em sustentação oral, a advogada da exportadora no processo, Hávia Lorena Peixoto Holanda Gaeta, defendeu que a natureza jurídica do Reintegra é tributária, e não financeira. "Ao criar o mecanismo de

devolução de créditos, o modelo escolhido pelo legislador foi exatamente o mesmo utilizado por todos os outros créditos tributários submetidos a processos de compensação e ressarcimento", afirmou ela, defendendo a aplicação da anterioridade geral.

Em seu voto, o ministro Cristiano Zanin destaca que o próprio Supremo já definiu que o Reintegra tem "natureza de benefício fiscal, na forma de subvenção econômica" (ADI 6040 e ADI 6055). Em 2020, acrescenta, a Corte também firmou jurisprudência no sentido de que em redução ou supressão de benefícios ou incentivos fiscais que culminem no aumento indireto de **tributos**, deve-se aplicar a anterioridade, mas que a regra seria definida conforme a espécie tributária analisada (RE 564225). O entendimento foi reafirmado, em repercussão geral, no Tema 1383, julgado em abril.

Zanin defende, no voto, a aplicação do prazo de 90 dias. Ele sugere tese determinando que as reduções do percentual de crédito a ser apurado no Reintegra, assim como a revogação do benefício, ensejam a majoração indireta das contribuições para o PIS e Cofins e devem observar, quanto à sua vigência, o princípio da anterioridade nonagesimal.

Já Fachin destaca, em seu voto, que a reiterada jurisprudência do STF é no sentido de aplicação das duas anterioridades - a nonagesimal e a geral. Para o caso concreto, opta pela geral.

Bruno Rezende Pimenta, tributarista do Finocchio Ustra Sociedade de Advogados, explica que, se prevalecer o entendimento do relator, a decisão deve impactar a cadeia de exportação nos períodos em que houve a redução dos créditos concedidos, entre 2015 e 2018, valendo também para períodos futuros em que houver eventual redução de alíquotas.

Se o entendimento do relator for superado, e aplicada a anterioridade anual, as empresas poderão buscar a recuperação de valores que tenham sido recolhidos indevidamente nos anos em que as alíquotas foram alteradas. "Será necessário que os Poderes Executivo e Legislativo respeitem o prazo para início de vigência da norma que reduzir o benefício, que vigorará somente a partir do ano seguinte ao da alteração."

Para o tributarista Fernando Facury Scaff, sócio do

escritório Silveira, Athias, Soriano de Mello, Bentes, Lobato Scaff - Advogados, a aplicação da anterioridade nonagesimal, "se não é o melhor dos resultados, também não é o inferno". "Acredito que há fundamento jurídico para aplicação da anterioridade geral, mas, se prevalecer o voto do relator, não terá sido o pior resultado possível." Em um outro julgamento virtual, encerrado na sexta-feira, o Supremo também reiterou seu entendimento de que as alíquotas do Reintegra podem ser livremente reduzidas pelo governo. A questão já tinha sido julgada em 2022 e, agora, a maioria dos ministros votou para negar embargos de declaração que argumentavam que o exportador tinha adquirido direito à reintegração de valores independentemente dos parâmetros previstos em lei.

Segundo o voto do relator da ação, Gilmar Mendes, a decisão tratou especificamente desse ponto e "Decisão do Supremo deve impactar a cadeia de exportação" Bruno R. Pimenta concluiu que o creditamento do Reintegra só pode ocorrer nas condições estabelecidas em lei. Assim, o ministro afirmou que "as alegações da parte são impertinentes e decorrem de mero inconformismo com a decisão adotada" e negou o recurso do contribuinte (ADI 6040).

Conforme a advogada Thaís Lorena Noveletto, do escritório Barbosa Prado Advogados, a decisão evidencia que "o sistema de precedentes do Supremo Tribunal Federal pode não contemplar adequadamente a realidade individualizada de cada contribuinte, ainda que esta esteja respaldada por norma legal", uma vez que, segundo o contribuinte, o acórdão não teria analisado o conteúdo do parágrafo 2º do artigo 22 da Lei nº 13.043/14.0 dispositivo prevê um adicional de até 2% ao percentual do Reintegra quando comprovada, por estudo técnico, a existência de resíduos tributários excepcionais.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188200?page=6
§ion=3](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188200?page=6§ion=3)**

Quase metade dos brasileiros está inadimplente

Michael Esquer De São Paulo

Quase cinco em cada dez brasileiros adultos estão inadimplentes e o valor médio da dívida supera R\$ 1,5 mil. Entre os Estados, o Amapá tem a maior proporção de endividados, e Santa Catarina, a menor. É o que mostra estudo da Pagou Fácil, plataforma da financeira Paschoalotto, que analisou informações de inadimplentes no país.

De acordo com o levantamento, feito a partir de dados próprios e de outras fontes, como o Serasa, o Brasil tinha 75,7 milhões de inadimplentes em março, o que equivale a 46,6% da população adulta do país. Na comparação com março de 2024, houve aumento de 2,8 milhões de endividados, cerca de 3,8%. Segundo Rafael Saab, economista da Paschoalotto, inadimplentes são pessoas que têm dívida aberta, não necessariamente que estão com nome inscrito no Serasa ou no SPC (Serviço de Proteção ao Crédito).

As unidades da federação com mais endividados são Amapá, onde 61,8% da população adulta está inadimplente, Distrito Federal (60,1%), Rio de Janeiro (55,6%), Amazonas (54,5%) e Mato Grosso do Sul (54,1%). Os menos endividados são Santa Catarina (36,5%), Piauí (37%), Espírito Santo (41,5%) e Rio Grande do Sul (41,6%).

A pesquisa estima que o valor médio das dívidas no país seja de R\$ 1.588 mil, com valor total estimado de R\$ 438 bilhões, aumento de 13% em relação a março de 2024. "Segundo as projeções, a inadimplência deve manter-se estável nos próximos anos", diz Saab.

Para o coordenador do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), Flávio Ataliba Barreto, a tendência é de crescimento do endividamento, que se mantém em patamar elevado no país desde a pandemia.

A velocidade do aumento, no entanto, afirma, dependerá do quanto as famílias ainda têm de margem para se endividar e o cenário macroeconômico, fatores que podem desacelerar o ritmo. "O comprometimento com dívidas já é bastante elevado."

A **inflação**, com alta de 12 meses encerrados em abril

acumulada em 5,53%; a taxa básica de juros, elevada para 14,75% pelo Banco Central, maior patamar em quase 20 anos; e os sinais de desaceleração da atividade econômica no país, diz Barreto, pressionam o orçamento das famílias, aumentam a inadimplência e dificultam a redução do endividamento.

O levantamento Paschoalotto ainda mostra que a maior parte das dívidas (28,5%) está ligada a bancos e cartões de crédito, seguido de gastos com contas básicas, como água, luz e gás (20,6%), serviços diversos (19,1%) e financeiras (11,2%).

Barreto, do FGV Ibre, diz que o endividamento pela utilização do cartão de crédito é mais intenso no Brasil. Segundo ele, o cartão se tornou complemento de renda para muitas famílias.

Para Diego Martins Mosquim, diretor de planejamento na Paschoalotto, outro ponto de atenção é o desinteresse por investimentos convencionais e o avanço das bets, como são popularmente conhecidas as apostas esportivas on-line. Dados da oitava edição do Raio X do Investidor Brasileiro, da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e do Datafolha mostram que cerca de 23 milhões de brasileiros apostam em bets, ante 10 milhões e 9 milhões que investem em Certificados de Depósito Bancário (CDB) e fundos de investimentos, respectivamente.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188200?page=2§ion=1>

Crédito em alta e programas do Planalto desafiam o BC (Editorial)

O crédito cresce a dois dígitos, apesar dos juros muito elevados, e tem dado sustentação a um ritmo de crescimento da economia que não parece que vá desacelerar tão cedo. Indústria, comércio e serviços avançaram no primeiro trimestre do ano, enquanto, ainda que com pequeno aumento da desocupação, o mercado de trabalho continua forte, com aumentos reais dos salários na casa dos 4%. As previsões para o **PIB** do ano estão sendo reajustadas para mais cie 2%, o que é um problema para o Banco Central, que vê ainda poucos progressos no combate à **inflação**, cie 5,53% em 12 meses. O governo Lula, por seu lado, pretende usar a alavanca do crédito para evitar que as atividades percam fôlego - o objetivo de uma política monetária restritiva-e planeja novas linhas para breve.

Ao fim do primeiro trimestre, Itaú Unibanco, Bradesco, Santandere Banco do Brasil somavam saldo de R\$4,35 trilhões em empréstimos e financiamentos, uma alta de 11,9% em um ano (Valor, 16/5). Pelas estatísticas cio BC, o crédito ampliado à economia, que inclui títulos emitidos por governos e empresas para se financiar, evoluiu 13,3% em 12 meses. A participação das empresas privadas foi maior, dado o sucesso em captações no mercado de capitais até o fim de 2024 e cresceu 14,5%.

As concessões de novos créditos, embora com queda para as empresas em março, avançaram 18,2% para pessoas jurídicas e 12,5% para as pessoas físicas. Em março, a média diária das concessões subiu 8,1% ante fevereiro. O hiato do crédito, medida que revela o quanto a oferta está aumentando ou diminuindo em relação a sua tendência de longo prazo, foi de 4% positivos no fim de 2024, o maior nível desde pelo menos 2016, segundo o Relatório de Estabilidade Financeira do BC. Já a curva de concessões de crédito das estatísticas do BC mostra em março apenas discreta inclinação de baixa na série dessazonalizada.

A disposição cios consumidores de endividar-se mais guarda relação direta com a solidez do mercado de trabalho. A Pnad Contínua cio IBGE mostra alta da desocupação de 0,8% no trimestre encenado em março em relação ao de dezembro, para 7%. Comparada ao mesmo trimestre de 2024, de 7,9%, a robustez do emprego mostra-se clara. Os sucessivos aumentos reais (acima da **inflação**) indicam um contexto favorável ao empregado. O rendimento real

mensal médio habitual aumentou 4% no trimestre. Ainda que a massa salarial real tenha se mantido estável em R\$ 345 bilhões em março, cresceu 6,6% em um ano e se elevou em R\$ 21,2 bilhões.

Contribuiu para a melhoria da renda o aumento real do salário mínimo, que trouxe mais R\$ 81,5 bilhões à economia a partir de janeiro. O governo Lula ampliou a quantidade de dinheiro disponível para o consumo ao antecipar mais uma vez para o primeiro semestre o 13o salário cios aposentados e pensionistas, o que, pelas contas oficiais, trará R\$ 73,3 bilhões a eles em maio e junho.

Crédito e consumo em alta fizeram com que indústria, varejo e serviços terminassem em boa forma no primeiro trimestre do ano. No ano, a indústria evoluiu 1,9% até agora e 3,1% em 12 meses. Os dados do varejo restrito mostram expansão de 3,1% em 12 meses e os do varejo ampliado (inclui veículos, material de construção e comércio atacadista), 3%. Um item revela bem o impulso - o volume de vendas de eletrodomésticos no ano aumentou 7,7%.

O setor de serviços, que mobiliza dois terços cio **PIB**, impulsionado diretamente pelo comportamento dos salários, mantém bom fôlego. No fim do trimestre, estava apenas 0,5 ponto abaixo do pico da série do IBGE, atingido em outubro de 2024. A receita nominal com serviços aumentou 7,6% no ano e 7,7% em 12 meses. A **inflação** dos serviços puxa a **inflação** e tem subido nas últimas divulgações cio IPCA. Cálculos de analistas privados apontam que os preços do setor variaram 7% em 12 meses, um enorme problema para o BC, pois sem que eles caiam bem não há como a meta cie 3% ser atingida.

Com a popularidade em baixa, o presidente Lula, após criar o crédito consignado para o trabalhador privado com garantia do FGTS, e uma linha de R\$ 30 bilhões para moradias de classe média na faixa nova de R\$ 8 mil a R\$ 12 mil no Minha Casa Minha Vida, prepara outros programas de impacto. O Gás para Todos, que custará R\$ 5 bilhões este ano, para contemplar 1,2 milhão de famílias, será estendido a 17 milhões cie lares. Está prestes a ser anunciada a isenção do pagamento cie luz para famílias que consomem até 80kWh por mês, que abrangerá 60 milhões de pessoas. O Planalto cogita criar linha de crédito para compra de motos para trabalhadores de aplicativos.

Enquanto a Fazenda planeja contingenciamento e bloqueio de verbas a ser anunciado na próxima semana, para tentar cumprir a meta fiscal, o Planalto se empenha em programas eleitoreiros cujos resultados serão propiciar mais recursos para o consumo em uma economia que cresce acima do que pode, com **inflação** longe da meta, e, no caso de programas sociais, busca recursos para ampliar o Gás para Todos e o Pé de Meia, destinado a manter jovens no ensino médio. A disparidade de rumos provocou reação dos investidores, com alta de juros e do câmbio na quinta-feira. Esse poderá ser, infelizmente, um roteiro comum até as eleições.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188200?page=22§ion=1>

O impacto indireto do tarifaço de Trump (Artigo)

Por Daniel Gros

Daniel Gros é diretor do Instituto de Formulação de Políticas Europeias da Universidade Bocconi. Copyright: Project Syndicate, 2025. www.project-syndicate.org

A esmagadora maioria dos economistas está convencida, ao contrário do que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, aparentemente acredita, que as tarifas não são capazes de reduzir um déficit em conta corrente. Mas há poucas evidências recentes que sustentem essa posição, pela simples razão de que as tarifas têm se mantido em níveis muito baixos ao redor do mundo, com a maioria das economias desenvolvidas aplicando tarifas médias na casa de um dígito. Então, o que explica esse consenso?

Para começar, tarifas altas prevaleceram no período entre guerras, nas décadas de 1920 e 1930, e não há indícios de que elas tenham melhorado a conta corrente de nenhum país. Os EUA, por exemplo, registravam um superávit comercial quando o presidente Herbert Hoover sancionou a infame Lei Tarifária Smoot-Hawley de 1930. Embora o comércio mundial tenha despencado logo depois, o saldo comercial americano não melhorou.

Mas, mesmo sem evidências diretas do impacto das tarifas elevadas sobre os saldos em conta corrente, os economistas conseguem chegar a conclusões confiáveis porque sabemos o que determina esses saldos: a diferença entre a poupança agregada e o nível de investimento de uma economia. Nos EUA, a taxa nacional de poupança é de 17% do PIB. Na União Europeia (UE), a taxa é cerca de sete pontos percentuais maior, de 24% do PIB. Como essas duas economias desenvolvidas de escala continental apresentam taxas de investimento bastante semelhantes, a diferença na poupança se reflete quase que diretamente no saldo em conta corrente: os EUA registraram um déficit de quase 4% do PIB em 2024 e a União Europeia obteve um superávit de 2,7% do PIB.

É verdade que as tarifas do governo Trump - especialmente as tarifas "recíprocas" que foram anunciadas em 2 de abril e "pausadas" em 9 de abril - concentram-se principalmente na balança comercial

de bens, que é apenas um componente do saldo da conta corrente. Mas outros fatores que influenciam a conta corrente - o saldo de serviços e a renda de investimentos - tendem a ser menores e mais estáveis.

Em todo caso, dois fatores podem levar a uma melhora rápida no saldo em conta corrente de uma economia: um forte aumento da poupança ou uma queda significativa nos investimentos. As tarifas de Trump poderão provocar isso se continuarem minando a confiança - principalmente se elas levarem a uma recessão. A incerteza prolongada pode frear os investimentos e o aumento dos preços das importações pode levar os consumidores a reduzir seus gastos, enquanto eles aguardam uma maior definição sobre os custos e a disponibilidade de bens.

Mas essa informação chegará em breve - provavelmente dentro de alguns meses. Afinal, o governo Trump já está anunciando acordos comerciais - começando com o acordo com o Reino Unido, após poucos dias de negociações - e suspendeu temporariamente as pesadas tarifas sobre as importações chinesas. Dado o apetite voraz de Trump por acordos e a falta de comprometimento em entregar resultados particularmente radicais, muitos outros acordos comerciais provavelmente serão concluídos antes que a suspensão de três meses das tarifas "recíprocas" termine.

À medida que a incerteza política diminui, os EUA provavelmente retornarão ao padrão de baixa poupança e alto investimento do passado, especialmente considerando a posição dominante das empresas americanas em inteligência artificial (IA). Assim, mesmo que o saldo em conta corrente dos EUA melhore temporariamente, o déficit geral tende a persistir, assim como os superávits de outras grandes economias como China, UE e Japão.

As tarifas de Trump provavelmente terão pouco impacto duradouro sobre o saldo em conta corrente dos EUA, mas elas poderão alterar os saldos comerciais bilaterais. Já vimos isso na prática: desde 2018, quando o primeiro governo Trump começou a impor tarifas elevadas à China, a participação do país nas importações americanas caiu de mais de 21% para cerca de 14%. Enquanto isso, a participação da China nas importações da UE aumentou ligeiramente em relação ao nível de 2018, de cerca de 20%.

A redução do déficit comercial entre os EUA e a China pode ser suficiente para Trump, que é obcecado por saldos comerciais bilaterais e os usa como base para seus cálculos de tarifas recíprocas. As negociações comerciais EUA-China acabam de resultar em um acordo preliminar segundo o qual os dois países reduzirão substancialmente as tarifas de importação - ao menos temporariamente. Ainda assim, durante a "pausa" de 90 dias recém-acordada, as tarifas americanas sobre os produtos chineses continuarão 30% mais altas do que estavam no começo do ano.

Como resultado, as exportações chinesas para os EUA deverão cair mais, com os fabricantes chineses desviando produtos destinados aos EUA para outros mercados - especialmente a UE. Mas o aumento das importações da China por parte da UE não afetará o equilíbrio de poupança e investimento nesses mercados, já que ele será compensado por uma redução nas compras de outros países ou por um aumento das exportações - inclusive para a própria China, que passará a importar menos dos EUA. Enquanto isso, os países sujeitos a tarifas mais baixas dos EUA passarão a registrar superávits bilaterais maiores com Washington, ao passo que seus saldos comerciais com a China e outros parceiros se deteriorarão.

Portanto, está em curso uma ampla redistribuição dos saldos comerciais bilaterais. Esse processo exigirá flexibilidade da indústria, que terá que adaptar sua produção para atender as necessidades dos consumidores de diferentes mercados. Também exigirá das autoridades a disciplina de resistir à tentação de proteger seus mercados internos de uma eventual "invasão" de importações oriundas de países como a China. Essas mudanças nos fluxos comerciais entre os mercados fora dos EUA representam um desafio mais difuso - e possivelmente maior - à ordem comercial global do que o impacto direto das tarifas dos EUA.

(Tradução de Mário Zamarian)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188200?page=22§ion=1>

Com gripe aviária, Brasil pode deixar de exportar US\$ 1 bilhão em carne de frango

Fernanda Pressinott, Rafael Walendorff, Guilherme Pimenta e Vinícius Lucena De São Paulo e Brasília

O surgimento no Brasil do primeiro foco do vírus H5N1, da gripe aviária, já tem reflexos deletérios sobre a avicultura nacional - com embargos à carne de frango brasileira por vários países. Mas os efeitos na economia como um todo tendem a ser mais limitados, ainda que haja preocupação com os prejuízos à cadeia produtiva, avaliam economistas e fontes do governo. Um impacto de curto prazo pode até ajudar a segurar a **inflação**: o aumento da oferta de carne de frango no mercado doméstico.

O anúncio da detecção da influenza aviária de alta patogenicidade em uma granja comercial de matrizes na cidade de Montenegro (RS), na última sexta-feira (16), provocou até agora a suspensão temporária dos embarques de frango para a China (o maior cliente do Brasil), países da União Européia, Argentina, Uruguai, México, Chile, Coréia do Sul, África do Sul e Canadá, lista que pode crescer. O Japão suspendeu a compra apenas do município de Montenegro, já que o certificado sanitário acordado prevê regionalização. As suspensões estão previstas nos acordos sanitários entre os países.

No domingo (18) à noite, o painel do Ministério da Agricultura com atualização sobre gripe aviária no país indicava que havia um caso suspeito sob investigação em granja comercial de Aguiarnópo-lis (TO) e outro suspeito em criação comercial em Ipumirim (SC).

A indústria brasileira de aves não faz previsões sobre quanto o segmento cleixará cie exportar, mas uma fonte do governo estima que o número pode ser de US\$ 250 milhões por mês, ou cerca de 150 mil toneladas mensais. Nas contas do economista Fábio Silveira, da MacroSector, pode alcançar entre US\$ 500 milhões e US\$ 1 bilhão no prazo cie até 12 meses.

O Brasil é o maior exportador de carne de frango do mundo e embarcou 5,294 milhões de toneladas do produto (in natura e industrializado) em 2024, o que gerou uma receita de cambial de US\$ 9,928 bilhões.

"É um cenário bastante desagradável. O presidente [Lula] tinha acabado cie voltar da China, e a notícia veio como uma coincidência infeliz. Era algo que poderia ter sido tratado com mais transparência e,

quem sabe, até abordado diplomaticamente", disse Silveira.

Integrantes da equipe econômica do governo Eula avaliam, de forma preliminar, que os impactos dos embargos devem ser reduzidos, ao ponderarem que a suspensão de compra do frango eleve ser revertida em breve.

A análise mais completa dos efeitos, segundo fontes ouvidas pelo Valor, ocorrerá nesta segunda-feira, mas há uma expectativa de que, após as primeiras conversas conduzidas pelo Ministério da Agricultura com países envolvidos, algumas suspensões sejam derrubadas ao longo da semana. Assim, avaliam que os impactos no agro negócio devem ser reduzidos.

No sábado, o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, afirmou que o embargo cie 60 dias às exportações de aves para alguns países pode ser reduzido a partir de "conversas diplomáticas e comerciais". A técnicos do governo do Paraná e lideranças do setor local, o ministro disse que as restrições das exportações também podem ser limitadas à área próxima ao foco.

"Temos espaço para negociar, o foco é de aproximadamente 28 dias e se conseguirmos eliminar o foco e rastrear os animais, acreditamos que com transparência e eficiência, o fluxo possa ser normalizado antes dos 60 dias", disse Fávaro, de acordo com a agência de notícias do Paraná.

O presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Ricardo Santin, reforçou que apesar de o protocolo sanitário de alguns países, como a China, prever bloqueio de 60 dias em casos de gripe aviária, esse prazo pode ser revisto. Se houver satisfação com as informações prestadas pelo Brasil e o surto for considerado controlado, os importadores podem antecipar a retomada das compras de frango, disse ao Valor.

A regionalização das restrições também é uma possibilidade, afirmou o presidente da ABPA, caso os importadores considerem as respostas apresentadas pelo Brasil como suficientes para isolar o problema. Santin espera que o país possa recuperar o status sanitário de livre de gripe aviária perante a Organização Mundial de Saúde Animal (Omsa) entre 30 e 40 dias após a conclusão dos trabalhos de

desinfecção.

Enquanto persistirem as restrições, a diminuição das exportações de frango e produtos avícolas do Brasil pode gerar uma alta momentânea nos preços no mercado

internacional, segundo Santin, já que o país tem cerca de 40% do market share global. Mas no mercado doméstico, o impacto pode ser o oposto, com aumento da oferta de frango e ovos que deixarão de ser enviados ao exterior.

Para o economista e sócio da MB associados José Roberto Mendonça de Barros, os primeiros efeitos econômicos da crise envolvem o acúmulo de estoques, o que pode gerar queda no preço do frango no Brasil.

"Por mais rápido que seja e por menor que seja o acúmulo de estoques, vai ter uma oferta que vai entrar no mercado interno e que não estava programada para entrar. Em princípio, o consumidor vai ser beneficiado por uma queda que deve aparecer nos preços rapidamente. Esse ciclo é muito rápido e, talvez, durante dois meses a gente vai ver isso", disse.

Em sua avaliação, o impacto econômico na cadeia produtiva não deve ser tão relevante no curto prazo, desde que novos focos não apareçam, já que a atividade é concentrada em grandes empresas e cooperativas. "Dá tempo de recuperar tudo o que deixou de ser exportado ao longo do resto do ano, estamos em maio ainda", afirmou.

O ritmo de retomada das importações de carne de frango pelos parceiros vai definir se haverá maiores impactos na cadeia e mesmo na economia brasileira, segundo o economista. Mas ele ponderou que é cedo para avaliar eventual impacto nos postos do segmento, que hoje emprega 213 mil trabalhadores da porteira.

Para Rafael Barisauskas, professor de Agronegócios e Cadeias de Valor na FECAP, é precipitado dizer que o foco de gripe aviária pode ter afetado o crescimento da economia. "O agro é um dos motores da economia brasileira, e naturalmente, problemas nas exportações podem afetar o crescimento. Contudo, é muito precipitado dizer que um surto pode prejudicar o desempenho. (...) Até o momento, trata-se de uma situação isolada".

Fábio Silveira observou que a esperada queda dos preços do frango, devido ao redirecionamento da oferta, vai reduzir a rentabilidade do avicultor num ano em que o milho - principal insumo da ração dos frangos - deve subir por causa da menor oferta global.

André Braz, coordenador de índices de Preços na Fundação Getúlio Vargas (FGV) e um dos principais especialistas em **inflação** no país, reforçou que a carne de frango e os ovos que não forem para o exterior irão para as prateleiras do supermercado, "o que é um alívio, principalmente nos preços dos ovos, que subiram fortemente neste ano". O ovo teve alta de 30% neste ano até abril, segundo o índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), enquanto o frango inteiro subiu 3,26%.

Entretanto, esse alívio deve ser momentâneo, porque os criadores de aves ajustarão a oferta à demanda, estimou. "Ninguém trabalha no prejuízo. Se diminuírem as exportações, vão criar menos aves e diminuir as matrizes". (Colaborou Helena Benfica, de São Paulo)

Mais sobre gripe aviária à página B10

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188200>